

Agora, a negociação

A decisão do Governo brasileiro de suspender por tempo indeterminado o pagamento dos juros da dívida externa, revelada à Nação pelo presidente José Sarney através de uma cadeia nacional de televisão e rádio, exprime uma postura adotada após amadurecida reflexão em torno da crise econômica que assoberba o País. Embora tomada com altivez e sob a tutela da soberania nacional, essa alternativa dramática para secar a fonte original de todas as nossas atuais dificuldades não se insere em um quadro de desafio à comunidade internacional.

Conforme a cristalina exposição do presidente Sarney, nesse ponto dirigida expressamente à opinião pública mundial, "o Brasil não é um País de confronto" e, por isso mesmo, "não deseja ser uma economia autárquica, fora da comunidade internacional". A tradição brasileira, conforme demonstram a política externa e o comportamento do País em todos os foros mundiais, é a de buscar e a de induzir soluções negociadas para todas as formas de contencioso entre as nações.

Nessa momentosa questão, o Brasil não se move com o sentido posto no ilaqueamento da boa-fé internacional, nem tampouco pretende demitir-se de suas responsabilidades como titular passivo de uma conta hoje calculada em torno de 108 bilhões de dólares. Malgrado essa quantia babilônica se tenha construído em grande parte pelo arbitrário adição de juros escorchantes e cobrança de taxas de riscos (spread) absolutamente inadmissíveis, não há intenção alguma do Governo brasileiro de não resgatá-la até o último centavo.

Cabe-lhe, contudo, fazê-lo dentro de fórmulas negociadas, capazes de conduzir a um ponto de convergência todos os interesses em causa, do devedor e dos credores, dos intervenientes ativos e do sistema financeiro e, principalmen-

te, das linhas de comunicação do crédito internacional, que devem ser preservadas em qualquer circunstância. O sentido da negociação deve, igualmente, tomar como ponto de referência principal o fato de que o Brasil não deve ser exposto à convulsão social, para a qual se dirigia em marcha batida caso continuasse a desembolsar doze bilhões de dólares anuais para satisfazer (apenas) os serviços da dívida.

A suspensão do pagamento dos juros insere-se, portanto, como uma pausa indispensável na administração do problema para que as partes sentem-se à mesa das negociações e estabeleçam regras realísticas de harmonização de suas posições. Há tempos o presidente Sarney advertiu a comunidade internacional, em histórico discurso perante a Assembleia geral da ONU, que o Brasil não resgataria seus compromissos externos à custa da fome e da miséria de seu povo. Mas os credores, ao invés de se mostrarem sensíveis ao clamor do povo brasileiro, esticaram ainda mais a corda da radicalização. Até ainda há pouco, alguns dos principais gestores dos órgãos de controle do sistema financeiro internacional proclamavam aos quatro ventos que, em hipótese alguma, as propostas conciliatórias do Governo brasileiro seriam admitidas como base para a negociação da dívida externa.

Não restou, portanto, outra alternativa ao Brasil senão a que foi finalmente esposada pelo presidente Sarney, uma vez que a outra opção seria continuar o resgate dos juros à custa da miséria e da fome do povo brasileiro, em fase anterior já definitivamente afastada e objeto de prévia comunicação ao sistema financeiro internacional.

Convém repetir, todavia, que a drástica decisão do Governo brasileiro não importará prejuízos a

quaisquer dos credores, mas seguramente busca um escalonamento de resgate que evite efeitos catastróficos para a situação interna do Brasil. Com efeito, o presidente Sarney não poderia ser mais transparente quanto a esse ponto e nem menos tranquilizador, ao afirmar que "vamos negociar uma fórmula de amortizar os nossos compromissos dentro de parâmetros que não comprometam o desenvolvimento nacional — uma fórmula que evite a instabilidade política, que fatalmente viria seguida de recessão, de desemprego, de crise social". E um compromisso que deve ser acolhido com o maior respeito, até porque o Brasil, não obstante as crises cíclicas de sua história econômica, jamais deixou de honrar os ajustes internacionais.

Também é indispensável esclarecer que os países credores em grande parte são responsáveis por esse acontecimento. A prática do mercantilismo nos principais mercados internacionais, com o levantamento de embargos alfandegários, e a depreciação dos preços das matérias-primas, insuamos alimentares e produtos industriais tradicionalmente exportados pelo Brasil provocaram graves desequilíbrios em suas contas externas. Os saldos da balança comercial, principal fonte de recursos para suprimento dos encargos da dívida, minguaram de forma crescente, numa inviabilização quase completa de reservas cambiais.

Seja como for, a única alternativa agora é a mesa da negociação. O Brasil não se dispõe a sucumbir às imposições desmedidas dos credores e tampouco aceita expor-se a uma hemorragia financeira fatal à sobrevivência de seu povo. Há de haver seguramente um ponto de amarração de todos os interesses, para superação de um impasse indesejável a todos os parceiros da comunidade internacional.